



FORMAÇÃO

NOVO CÓDIGO FISCAL AO INVESTIMENTO

Lisboa: 24/11/2015 | Porto: 26/11/2015

Formador: Dra. Maria Cravo, Roc

objetivos

Na sequência da reforma do IRC introduzida em 2014 e com o objetivo de intensificar o apoio ao investimento, favorecer o crescimento sustentável, a criação de emprego e contribuir para o reforço da estrutura de capital das empresas, foi promovida pelo Governo, ainda em 2014, a revisão global dos regimes de benefícios ao investimento e à capitalização.

Neste contexto, foi considerada premente a revisão do Código Fiscal do Investimento de modo a, por um lado, adaptá-lo ao novo quadro legislativo europeu aplicável aos auxílios estatais para o período 2014-2020 e, por outro lado, reforçar os diversos regimes de benefícios fiscais ao investimento.

Foi assim publicado o Decreto-Lei n.º 162/2014 de 31/10 que aprova um novo Código Fiscal do Investimento, o qual vem estabelecer: (i) O regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo; (ii) o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI); (iii) o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II); e (iv) o regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR).

Faço ao exposto, esta formação tem como foco:

- Dar a conhecer os diferentes benefícios constantes do novo Código Fiscal ao Investimento, as suas regras de funcionamento, a sua aplicabilidade e aproveitamento por parte das empresas;
- Dar a conhecer as respetivas especificidades e acumulação possível dos diversos regimes de benefícios fiscais atualmente disponíveis;
- Dar a conhecer as formas de cálculos dos benefícios, o seu impacto na estimativa de IRC, nos impostos diferidos e no preenchimento das obrigações declarativas em matéria de imposto sobre o rendimento.

destinatários

Revisores oficiais de contas e seus colaboradores, candidatos a ROC, membros estagiários, técnicos oficiais de contas, diretores financeiros e responsáveis pela área fiscal das empresas.

programa

1. O novo Código Fiscal ao Investimento – sua estrutura;
2. Os benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – sua perspetiva fiscal;
3. O Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial II (SIFIDE II) – sua perspetiva fiscal;
4. O Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI);
5. O Regime de Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR);
6. A hierarquia das deduções à coleta, hierarquia na dedução de benefícios e as regras estabelecidas no artigo 92.º do Código do IRC;
7. O preenchimento da declaração periódica de rendimentos Modelo 22;
8. Documentação de suporte a incluir no *dossier* fiscal.